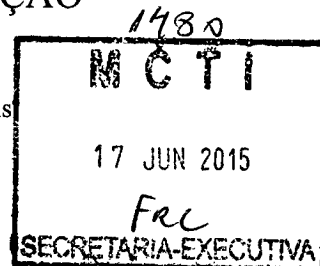


PRÓTON 033213 / 2015

MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
SECRETARIA-EXECUTIVA

SUBSECRETARIA DE COORDENAÇÃO DAS UNIDADES DE PESQUISA
Coordenação-Geral de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais



NOTA TÉCNICA Nº 10/2015-CGOS/SCUP

Assunto: Análise do cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, no período de janeiro a dezembro de 2014.

Ref.: Processo nº: 01200.001834/2010-29

PREÂMBULO

1. No cumprimento de suas competências regimentais de Supervisão e Avaliação dos Contratos de Gestão celebrados por este Ministério com Organizações Sociais qualificadas no âmbito da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, e em consonância com o Art. 36 da Portaria MCT nº 967, de 21 de dezembro de 2011, alterada pela Portaria MCTI nº 777, de 31 de outubro de 2012, esta CGOS/SCUP apresenta Nota Técnica à administração superior deste MCTI, para a instrução de conformidade processual e encaminhamentos pertinentes à gestão do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM. A presente Nota Técnica apresenta a análise sobre a execução do programa de trabalho do exercício de 2014 com ênfase na avaliação do cumprimento das metas pactuadas e resultados alcançados no escopo das diretrizes e objetivos estratégicos do Contrato de Gestão. Tal análise foi efetuada com base no Relatório da Comissão de Avaliação (CA) e no Relatório de Gestão da OS intitulado “Relatório Anual do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM-OS – Exercício de 2014”.

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

2. O IDSM com sede na cidade de Tefé, Estado do Amazonas, é uma pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos com a missão de promover pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia de forma participativa e sustentável. Por força do Decreto Presidencial s/n, de 4 de junho de 1999, o IDSM foi qualificado como **Organização Social**, de acordo com o regramento prescrito no artigo 1º da Lei nº 9.637, de 15 de maio de 1998, que dispõe sobre a qualificação de entidades como organizações sociais.

3. Com fundamento nas disposições contidas no artigo 5º da Lei no 9.637, de 15 de maio de 1998, em 23 de março de 2001, foi celebrado o **primeiro Contrato de Gestão** entre a União, por intermédio do MCTI, e o IDSM. Ao término da vigência deste Contrato, foi celebrado o **segundo Contrato de Gestão** (fls. 139 a 149), em 27 de maio de 2010, com vigência até 30 de junho de 2016. Até a presente data, este segundo Contrato de Gestão possui onze Termos Aditivos.

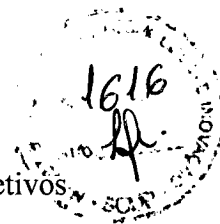
4. Em atenção ao § 3º. do art. 8º. da Lei no. 9.637/98 e à Cláusula Segunda do Contrato de Gestão – “Dos Objetivos Estratégicos”, a Comissão de Avaliação, tendo por base as informações documentadas no “Relatório Anual IDSM - 2014”, reuniu-se na sede do IDSM, em Tefé-AM, no período de 23 a 26 de março de 2015 com o objetivo de avaliar os resultados alcançados no exercício de 2014, no cumprimento das metas firmadas para os indicadores de resultado pactuados para aquele período, emitindo Relatório Anual e Conclusivo no qual se baseia esta Nota Técnica.

Recursos Financeiros Aportados ao Contrato de Gestão em 2014

5. Com relação aos recursos financeiros a serem repassados ao IDSM em 2014, originalmente havia sido estimado o valor de R\$ 25.316.487,00 no Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM em 27/05/2010. No entanto, os recursos aprovados na Lei Orçamentária Anual, destinados ao fomento da Organização Social em 2013, corresponderam a R\$ 21.366.955,00. Portanto, desta expectativa de aporte orçamentário foi deduzida o valor de R\$ 3.949.532,00. Ressalta-se que deste valor também houve a redução de R\$ 215.739,10 (duzentos e quinze mil, setecentos e trinta e nove Reais e dez centavos) referentes a 2% de taxa de Administração cobrada pela FINEP. Desse modo, o montante a ser repassado ao IDSM no ano de 2014 foi de R\$ 21.151.215,90.

6. Em 11 de junho de 2014, foi assinado o 10º Termo Aditivo, no valor de R\$ 10.580.000,00 (dez milhões quinhentos e oitenta Reais). Em 21 de outubro de 2014, foi publicado o 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão celebrado com o IDSM. Este instrumento autorizou um repasse no valor de R\$ 10.571.215,90 (dez milhões, quinhentos e setenta e um mil, duzentos e quinze Reais e noventa centavos) ao IDSM. Ao final do ano, foi repassado ao IDSM um total de R\$ 21.151.215,90 da soma dos dois Termos Aditivos. Registra-se que o montante repassado foi destinado a fomentar as atividades vinculadas ao Contrato de Gestão com vistas ao alcance dos objetivos

atividades vinculadas ao Contrato de Gestão com vistas ao alcance dos objetivos estratégicos da instituição.



7. A título de registro, a Reserva Técnica Financeira, de acordo com a Cláusula Sexta do Contrato de Gestão e Portaria MCTI nº 967/2011, deve ser constituída a partir dos saldos financeiros dos exercícios anteriores e do resultado de aplicação financeira dos mesmos, com 3 (três) objetivos: (i) custear as atividades do Instituto por, no máximo, 8 (oito) meses; (ii) pagamento de contratos ou direitos trabalhistas; e (iii) outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão.

8. O saldo financeiro dos exercícios anteriores em 31/12/2013, no valor de R\$ 11.025.532,00, foi repactuado no primeiro Termo Aditivo do ano de 2014 (10º Termo Aditivo), destinando o valor de R\$ 6.415.532,00, correspondentes às ações iniciadas em exercícios anteriores e continuadas no exercício de 2014 e R\$ 4.610.000,00 correspondente à Reserva Técnica Financeira estabelecida para o exercício de 2014. De acordo com as informações extraídas da Cláusula 3ª – Dos Saldos Financeiros, do 7º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão, o saldo financeiro em 31/12/2012 era de R\$ 10.208.590,69.

9. Dos dispêndios efetuados em 2014 relacionados às atividades do IDSM-OS, o montante de R\$ 13.602.968,90 foi gasto com a rubrica “Pessoal e Encargos”, correspondente a 64% do total dos recursos públicos financeiros repassados em 2014, extrapolando assim o limite de gastos de 60% fixado no Contrato de Gestão, conforme demonstrado no Quadro 17, constante no Relatório de Gestão Anual 2014 do IDSM, Parte I, página 72. Este item será abordado novamente no Parágrafo 43 desta NT.

AValiação DO GRAU DE REALIZAÇÃO DAS METAS PACTUADAS PARA 2014

10. A Comissão de Avaliação - CA, instituída pela Portaria MCTI nº 173, publicada no DOU de 11/02/2014, reuniu-se na cidade de Tefé-AM, na sede do IDSM, no período de 23 a 26 de março de 2015, com o objetivo de acompanhar os índices alcançados pelo Instituto no exercício de 2014, em face das metas e dos indicadores de desempenho pactuados no Contrato, tendo por base o Relatório Anual de Gestão – IDSM 2014, referente ao período de janeiro a dezembro de 2014.

11. As competências da CA estão definidas na Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011 (alterada pela Portaria MCTI nº 777, de 31/10/2012), a saber:

“Art. 20. Compete à CA realizar a análise periódica dos resultados atingidos com a execução do contrato de gestão, nos termos da Lei nº 9.637, de 1998, do instrumento contratual e de sua Portaria de nomeação, cabendo-lhe:

I - analisar os relatórios de execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados, para avaliar os resultados e metas alcançados pela OS, à luz dos objetivos do contrato de gestão, bem como as justificativas que porventura vierem a ser apresentadas em caso de não-consecução de metas e resultados;

II - propor, se for o caso, a revisão de indicadores e metas, bem como recomendar ações corretivas ou incrementais na sistemática de avaliação, no plano de ação, no cronograma de desembolso, nos dispositivos contratuais e nos relatórios de execução do contrato de gestão;

III – emitir relatório de acompanhamento semestral a fim de verificar, embasado em sistemas gerenciais de informação e no relatório de gestão semestral da OS, aspectos relativos à execução das atividades e ao potencial de cumprimento dos indicadores e metas pactuados no contrato de gestão;

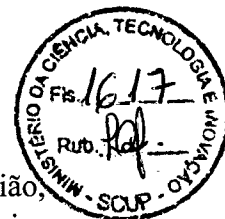
IV – emitir relatório anual conclusivo de avaliação dos resultados, de que trata o §3º do art. 8º da Lei nº 9.637, de 1998, a ser encaminhado à SCUP, considerando, quando for o caso, as recomendações do acompanhamento semestral e a análise de subsídios e de suportes prestados aos trabalhos da CA; e

V – emitir relatório de avaliação do ciclo plurianual do contrato de gestão, a ser encaminhado à SCUP, analisando conclusivamente os resultados e impactos das linhas de ação e, quando for o caso, as recomendações e os laudos técnicos emitidos por consultores especialistas”.

12. Na reunião anual, a CA foi composta pelos membros abaixo:

I. Ariane Luna Peixoto, Pesquisadora do JBRJ, representando o MCTI na qualidade de Especialista, Presidente da CA; **Charles Roland Clement**, Pesquisador do INPA, representando o MCTI na qualidade de Especialista; **Nelson Moura Brasil do Amaral Sobrinho**, pesquisador da UFRJ, representando o MCTI na qualidade de Especialista; **Sonia Sena Alfaia**, pesquisadora do INPA, representando o MCTI na qualidade de Especialista e **Ana Lúcia Delgado Assad**, Analista em Ciência & Tecnologia, representando o MCTI na qualidade de Especialista.

II. Justificaram suas ausências os especialistas **Alexandre Kalil Pires**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, representante titular da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEGE/MP e **Regina Luna Santos de Souza**, Especialista em Políticas Públicas e Gestão Governamental, representante suplente da Secretaria de Gestão Pública do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão – SEGE/MP.



13. Em atendimento ao art. 10 da Portaria do MCTI, acompanharam esta reunião, como representantes da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa (SCUP) do MCTI, **Felipe Silva Bellucci**, Tecnologista em C&T e Coordenador-Geral Substituto de Supervisão e Acompanhamento das Organizações Sociais.

14. Para a preparação do Relatório Anual 2014, os membros da CA detiveram-se na orientação enviada pelo MCTI, por meio do ofício circular nº 02/2015-SCUP/MCTI, de 09/03/2015, que abrangeu as seguintes etapas:

- Apresentação da agenda pelo Coordenador-Geral da CGOS/SCUP/MCTI, para os membros da CA;

- Apresentação formal do Relatório Anual 2014 pela Diretoria do IDSM;

- Acompanhamento da execução do Programa de Trabalho, com a análise do Relatório Anual 2014 do IDSM e verificação da execução do Plano de Ação comparativamente às metas pactuadas e análise do atendimento das solicitações e recomendações anteriores da CA;

- Acompanhamento dos resultados do Contrato de Gestão, com a verificação dos documentos elaborados e/ou editados, revistas, livros publicados, publicações indexadas, eventos, dentre outros que estejam relacionados ao Plano de Ação do 10º e 11º Termos Aditivo ao Contrato de Gestão 2010-2016; análise da publicidade, difusão e disseminação dos conhecimentos científicos adquiridos; e análise da integração com outros atores públicos (contratos administrativos, convênios, etc);

- Elaboração do Relatório de Avaliação Anual 2014 pela CA;

- Visita às Instalações do IDSM no campus de Tefé/AM; e

- Apresentação do Relatório da CA à Administração do IDSM.

15. A Avaliação do Grau de Alcance das Metas para 2014 foi realizada com base nas informações contidas no Relatório Anual 2014 do IDSM, na apresentação da Diretoria e verificação dos documentos (publicações indexadas, publicações não-indexadas, anais de eventos, dentre outros que estejam relacionados ao Plano de Ação do 11º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão 2010-2016) disponibilizados durante a reunião anual da CA na sede do IDSM. Nesse sentido, a CA, apresentou quadro comparativo das metas programadas e alcançadas em 2014, conforme Tabela 1.

Tabela 1. Comparativo das metas anuais programadas e alcançadas no ano de 2014.

Indicador	Peso	Pactuado	Realizado	%	Nota	Total de Pontos
1. Produção Científica						
1- Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano.	2	0,9	1,00	111%	10	20
2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	3	0,8	0,8	100%	10	30
3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (IPub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	3	0,75	0,86	114%	10	30
4 – Índice Geral de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	2	4	3,02	75%	7	14
5 – Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	2	6	3	50%	4	8
2. Disseminação Tecnológica						
6 – Nº de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	3	7	7	100%	10	30
3. Manejo Sustentável						
7- Nº cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb)	3	7	6	86%	8	24
8- Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário	–	Abaixo de 340 m ² /ha	–	–	–	–
9 – Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	2	4	3	75%	7	14
10 – Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).	2	Acima de 0,7	0,85	121%	10	20
11 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo de recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).	3	0,35	0,35	100%	10	30
4. Qualidade de Vida						
12 – Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.	1	0,144	0,151	105%	10	10
5. Tecnologias de Gestão						
13 – Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).	1	0,45	0,45	100%	10	10
14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	2	0,95	1	105%	10	20
15 – Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão do IDSM (AMRFCG).	2	Acima de 0,3	0,19	63%	6	12
Total	31					272
Pontuação Global			8,77			

*Devido à descontinuidade de aferição do indicador 8 nos últimos 4 anos, a Comissão de Avaliação acordou em desconsiderar o mesmo no cálculo da nota referente ao cumprimento das metas pactuadas.

16. Conforme demonstrado na Tabela acima, 09 dentre os 15 indicadores apresentaram metas atingidas, sendo que 4 delas foram superadas. Os comentários da CA em relação aos indicadores estão apresentados nas páginas 7 a 10 do Relatório Anual e Conclusivo 2014.

17. Segue nos parágrafos abaixo, o detalhamento dos comentários realizados pela CA para cada indicador de desempenho do IDSM:

Macroprocesso 1 – Produção Científica:

Indicador 1 – Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano.

Meta cumprida. A CA ressalta a melhoria da qualidade das revistas nas quais a produção científica é divulgada e a ampliação do número de cientistas e colaboradores envolvidos na publicação.

Indicador 2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.

Meta cumprida. Comentário acima se aplica a este indicador.

Indicador 3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (IPub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.

Meta cumprida. A CA ressalta a melhoria da qualidade dos veículos nos quais a produção científica é divulgada e a ampliação do número de cientistas e colaboradores envolvidos na publicação.

Indicador 4 – Índice de Publicações não-Indexadas (IPuNI) reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.

Meta cumprida parcialmente. A CA acata os argumentos apresentados pela Diretoria do IDSM.

Indicador 5 – Número de eventos de difusão científica promovidos pelo IDSM ao ano (EDCP).

Meta cumprida parcialmente. A CA acata os argumentos apresentados pela Diretoria do IDSM.

Macroprocesso 2 – Disseminação Tecnológica:

Indicador 6 – Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM ao ano (EDEMP).

Meta cumprida.

Macroprocesso 3 – Manejo Sustentável:

Indicador 7 – Número Cumulativo de Rotinas de Abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb).

Meta cumprida parcialmente. A CA acata os argumentos apresentados pela Diretoria do IDSM e destaca que a parte operacional para o cumprimento da meta foi cumprida, faltando apenas o processo de editoração e publicação.

Indicador 8 – Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de Manejo Florestal Comunitário.

A CA decidiu não contabilizar este indicador no somatório geral do Quadro de Indicadores e Metas, considerando que ele não reflete adequadamente a tentativa de avaliar o manejo sustentável da floresta. O Indicador experimental “Índice de Eficiência do Manejo Florestal” se mostra promissor para substituir o ICD, necessitando ser utilizado por mais alguns anos para que seja consolidado como indicador neste macroprocesso.

Indicador 9 – Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA).

Meta cumprida parcialmente. A CA acata os argumentos apresentados pela Diretoria do IDSM e destaca que a parte operacional para o cumprimento da meta foi cumprida, faltando apenas o processo de editoração e publicação.

Indicador 10 – Índice de Pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).

Meta cumprida. A CA destaca que está é uma prática já consolidada pelo IDSM que funciona como um multiplicador na região de várzeas. Os resultados obtidos poderão servir de subsídios para decisões de políticas públicas com relação a espécie.

Indicador 11 – Índice de Comunidades realizando atividades de manejo dos recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).

Meta cumprida.

Macroprocesso 4 – Qualidade de Vida:

Indicador 12 – Índice de comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.

Meta cumprida. Cabe destacar a importância desta meta para as comunidades na implantação de infraestrutura para melhorar a qualidade de vida, bem como a integração destas comunidades com outros atores (prefeituras, ONGs).

Macroprocesso 5 – Tecnologias de Gestão:

Indicador 13 - Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).

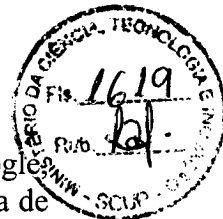
Meta cumprida.

Indicador 14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISA AV).

Meta cumprida.

Macroprocesso 6 – Desenvolvimento Institucional:

Indicador 15 - Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão no IDSM (AMRFCG).



Meta não alcançada. Mesmo ampliando as diversas fontes de recursos (Google BNCDES, Petrobrás etc) a meta não foi alcançada. A CA estranhou a ausência de informações sobre os projetos captados na FAPESP e CNPq, considerando que numerosos deles já constam do Apêndice 6, página 60 do segundo volume do Relatório. O cálculo da alavancagem do IDSM deve ser feito considerando os valores captados por outras fontes para o Relatório de 2015.

18. Embora o macroprocesso 4 seja aferido pela utilização de apenas um indicador, há outras ações relacionadas que foram citadas no Relatório Anual 2014 do IDSM. Foram citados ações de gestão de recursos humanos que incluem etapas de aperfeiçoamento profissional e qualidade de vida dos colaboradores do IDSM (plano de saúde e ginástica laboral). Início de atividades, em 2012, para instalação de um escritório de representação no município de Fonte Boa/AM; com o objetivo de apoiar ações institucionais em partes remotas da RDSM.

19. Também foram citadas reformas das infraestruturas de campo e intensificação de atividades de manutenção de instalações, veículos e embarcações; e a construção de dois prédios no *campus* da sede do IDSM, um destinado para atividades de pesquisa e outro para extensão.

CONSIDERAÇÕES SOBRE AS RECOMENDAÇÕES DA CA

20. Após a análise do Relatório Semestral 2014 do IDSM, e em face aos esclarecimentos prestados pela sua Direção, a CA apresentou, em seu Relatório Anual 2014, as considerações sobre as sugestões e/ou recomendações elaboradas em seus Relatórios anteriores.

21. A única recomendação pendente de relatório anterior dedicada ao IDSM foi considerada “Não Cumprida” e teve sua justificativa apresentada pelo Diretor do IDSM. A recomendação dedicada ao MCTI foi considerada “reiterada”. As transcrições das recomendações e respectivas considerações da CA estão demonstradas a seguir.

Ao IDSM

1. A CA reitera a Recomendação contida no Relatório Anual de 2013, que versa sobre o Planejamento estratégico: “que o IDSM proponha um cronograma de atividades e o apresente até o final de 2013 com previsão de implementação do planejamento estratégico a ser realizado em 2014. Tal planejamento deve anteceder o novo ciclo do Contrato de Gestão, a ser pactuado com o MCTI. Nesse ciclo, as metas e indicadores deverão refletir, de fato, a missão da Instituição e as atividades desenvolvidas visando o cumprimento dela”.

Comentário da CA: Embora atividades tenham sido desenvolvidas visando o atendimento da recomendação, a mesma não foi cumprida.

Ao MCTI

1. Reitera que o MCTI envide esforços no sentido de ter um calendário mais estável, tanto no que se refere à pactuação de termos aditivos ao Contrato celebrado com o IDSM, conforme prevê a Portaria 967/2011 alterada pela Portaria 777/2012, quanto no repasse dos recursos financeiros.

A partir da reunião anual de 2013 foi informado que o MCTI estava envidando esforços para celebrar o 10º Termo Aditivo até maio de 2014, bem como na reunião semestral de 2014 o representante do MCTI informou que os esforços envidados pelo MCTI resultaram na assinatura do 10º Termo Aditivo apenas na primeira quinzena de Junho/2014, e o 11º Termo Aditivo foi assinado no final de outubro. Para o exercício de 2015 estão previstas readequações processuais visando que a assinatura dos próximos Termos aditivos ocorra com maior celeridade.

Comentário da CA: Na presente reunião, o representante do MCTI informou que, a despeito dos recursos de 2015 estarem no FNDCT/FINEP, o Ministério tem envidado esforços para realizar os repasses de recursos em tempo hábil, em volume adequado e está previsto para o 1º semestre de 2015 a assinatura do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão assegurando os recursos constantes da LOA.

22. Foram registradas quatro novas sugestões direcionadas ao IDSM e uma recomendação direcionada ao MCTI no Relatório Anual da CA de 2014. As sugestões/recomendações estão transcritas abaixo:

Sugestões para Relatório de 2015

Ao IDSM:

- 1- Incluir no Relatório informações sobre as atividades desenvolvidas no âmbito do CVT tais como módulos disciplinares, número e procedência dos alunos, informações sobre aplicação dos recursos na atividade, parceiros, e outras informações consideradas pertinentes.
- 2- As atividades mais relevantes desenvolvidas pelo IDSM, constante ou não do Contrato de Gestão, devem constar do relatório, mesmo que de forma sucinta.
- 3- No Indicador 15 – Alavancagem Mínima de recursos fora do Contrato de Gestão, devem ser incluídos os recursos captados por projetos individuais de pesquisa, bem como separar por fontes pública e privada, recursos institucionais e individuais.
- 4- De modo a evitar que se ultrapasse a proporção de recursos para pessoal em 2015, esforços devem ser efetuados para evitar demissões de pessoal técnico-científico. Para tanto, o IDSM deve ampliar a captação de recursos que possa ter possibilidade de pagamento de pessoal, por exemplo Fundo Amazônia, outras fontes privadas.

Recomendação ao MCTI:

- 5- Que na renovação dos membros da CA seja mantido pelo menos 1/3 dos membros da Comissão anterior de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos.

23. As novas recomendações direcionadas ao IDSM no Relatório Anual da CA de 2014 demonstram a preocupação da CA com o aprimoramento do quadro de indicadores e metas e, consequentemente, da sistemática de acompanhamento e avaliação da execução do Contrato de Gestão.

PROPOSTA DE REVISÃO DE METAS PELA OS PARA 2015

24. Durante a reunião da CA, o IDSM apresentou o documento “Considerações Acerca dos Atuais Indicadores de Desempenho do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM-OS”. Tal documento apresentava uma análise crítica de cada um dos indicadores de desempenho de seus respectivos macroprocessos e uma proposta preliminar de alteração do Quadro de Indicadores e Metas.

25. A CA analisou o documento e discutiu com a Diretoria do IDSM cada item citado no mesmo e chegou-se ao consenso que as propostas do IDSM continuarão a ser discutidas nas próximas reuniões da CA. Foi proposto que o IDSM continue fornecendo memórias técnicas, análises estatísticas e demais dados relevantes para se avaliar a significância dos indicadores de desempenho do Quadro de Indicadores e Metas para o próximo ciclo do Contrato de Gestão (2015-2020). Registra-se que os documentos foram juntados ao Processo em tela (fls. 1598-1611).

26. Tendo em vista que as metas de 03 indicadores foram superadas significativamente no período, sendo 02 delas do Macroprocesso “Produção científica” e 01 do Macroprocesso “Manejo Sustentável”, a CA, os representantes do MCTI e a Diretoria do IDSM acordaram alterações no valor pactuado das metas dos indicadores 1, 3, 4, 5, 6, 12 e 14, vide Tabela 2.

Tabela 2. Quadro de revisão das metas para os indicadores de desempenho do IDSM para 2015.

Indicador	Pactuado em 2014	Realizado em 2014	Metas Propostas IDSM	Metas Negociadas pela CA
1- Índice Geral de Publicações (IGPub) ou produtos científicos por ano.	0,9	1,00	0,85	0,95
2 – Índice de Publicações Indexadas (IPub-I) dos pesquisadores do IDSM ao ano.	0,8	0,8	0,80	0,8
3 – Índice de Publicações Indexadas Abrangente (IPub-IA) de pesquisadores e colaboradores do IDSM ao ano.	0,75	0,86	0,80	0,86
4 – Índice Geral de Publicações não-Indexadas (IPuNI), reunindo todo tipo de produção científica não indexada realizada no IDSM ao ano.	4	3,02	2,5	3,0
5 – Número de eventos de difusão científica promovidos (EDCP) pelo IDSM ao ano.	6	3	5	5
6 – Nº de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM (EDEMP) ao ano	7	7	3	4
7- Nº cumulativo de rotinas de abordagem elaboradas para diferentes contextos de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb)	7	6	7	7
8- Índice de Clareiras de Derrubada (ICD) nas áreas de manejo florestal comunitário	Abaixo de 340 m ² /ha	677,5 m ² /ha	Abaixo de 340	Abaixo de 340
9 – Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais publicadas e aplicadas (NCCPA)	4	3	4	4

10 – Índice de pirarucus manejados nas RDSM e RDSA com tamanho superior ao limite ideal de abate (ITP).	Acima de 0,7	0,85	Acima de 0,7	Acima de 0,7
11 – Índice de comunidades realizando atividades de manejo de recursos naturais nas RDSM e RDSA (ICRAM).	0,35	0,35	0,35	0,35
12 – Índice de Comunidades Beneficiadas (ICB) nas áreas focais das RDSM e RDSA por experimentos que visam qualidade de vida de seus moradores.	0,144	0,151	0,164	0,164
13 – Índice de participação de lideranças-ano capacitadas pelo IDSM (IPLC).	0,45	0,45	0,45	0,45
14 – Índice de setores da RDSM e da RDSA nos quais há atuação de Agentes Ambientais Voluntários (ISAAV).	0,95	1	1,0	1,0
15 – Alavancagem mínima de recursos fora do contrato de gestão do IDSM (AMRFCG).	Acima de 0,3	0,19	0,3	0,3

* Para o cálculo desse indicador deverá ser registrado também as participações das lideranças entre membros do Conselho Gestor, Agentes Ambientais Voluntários em atividade, membros das diretorias das associações comunitárias/setoriais ou organizações de manejo de recursos naturais.

ANÁLISE TÉCNICA DA CGOS

27. Como citado no Parágrafo 14 desta NT, um Tecnologista em C&T da equipe técnica da CGOS/SCUP acompanhou a reunião da Comissão de Avaliação, auxiliando na elaboração do Relatório de Avaliação Anual 2014 da CA e levantando questões e apresentando, quando pertinente, esclarecimentos acerca do desempenho da OS no exercício de 2014 de forma a auxiliar a Comissão na tarefa de avaliar as atividades de pesquisa, intercâmbio científico, ensino, desenvolvimento tecnológico, informação científica e manejo sustentável no IDSM. Vários itens relevantes foram expostos e discutidos com a CA e as considerações sobre alguns deles estão abordadas nos parágrafos seguintes.

28. Com o intuito de sanar deficiências e aprimorar o instrumento Relatório de Gestão das Organizações Sociais vinculadas a este MCTI, esta Análise Técnica destaca que CGOS/SCUP elaborou, discutiu e validou um novo modelo de Relatório de Gestão a ser entregue pelas OSs e, via de regra, as OSs estão aprimorando seus Relatórios. Com relação ao Relatório de Gestão do IDSM, esta Análise Técnica menciona que já houve avanços na estrutura, elaboração e apresentação dos resultados nos Relatórios de Gestão do Instituto. Um exemplo deste progresso pode ser observado nos primeiros itens do Relatório, pág. 10 a 20, que apresentam os destaques do IDSM no ano de 2014, bem como os avanços nas Atividades Especiais do IDSM. Exemplo: (i) Destaques do Instituto em 2014; (ii) Registro da formação do Comitê de Ética; (iii) Disponibilização de mais um banco de dados para consulta pública e online; (iv) Inauguração do Núcleo de Inovação Sustentável do IDSM; (v) Descrição dos principais projetos do Instituto; e (vi) As principais informações de Gestão do IDSM. Desta forma, no início do Relatório o IDSM dá visibilidade dos seus principais resultados à sociedade.

29. Apesar da melhoria significativa que o Relatório de Gestão do IDSM vem exibindo historicamente, cabe ressaltar que ainda existem vários pontos que são passíveis de reflexão, melhoria e adequação. Por exemplo: (i) deixar mais claro quais foram os esforços institucionais para diversificar as fontes de obtenção de recursos extra Contrato de Gestão; (ii) explanação sobre o atual estado da arte das principais linhas de pesquisa em desenvolvimento no IDSM, que asseguram a condição de excelência da dp Instituto; (iii) deixar mais evidenciado as principais colaborações institucionais do IDSM com outras instituições correlatas (INPA, Museu Goeldi e UFAM); e (v) elevar o nível de exposição das ações de manejo sustentável e de apoio social que o Instituto realiza, bem como elevar o nível de exposição das ações relacionadas a pesquisa social e antropológicas desenvolvidas. Como exemplo, a Figura 1 mostra o processo de restauração de uma urna obtida na Reserva Mamirauá.



Figura 1. Imagem de uma urna coletada nas dependências da Reserva Mamirauá em processo de restauração.

Análise das Recomendações da Comissão de Avaliação

30. A respeito das recomendações da CA direcionadas ao MCTI nos últimos relatórios, uma delas foi considerada “Mantida” e vertia sobre “envidar esforços no sentido de ter um calendário mais estável, tanto no que se refere a pactuação de termo aditivos ao Contrato de Gestão celebrado com o IDSM, quanto no repasse dos recursos financeiros”. Esta Análise Técnica destaca que, apesar dos recursos de 2015 estarem

no FNDCT/FINEP, o Ministério tem envidado esforços para realizar os repasses de recursos em tempo e hábil e volume adequado. Está previsto para o 1º semestre de 2015 a assinatura do 12º Termo Aditivo ao Contrato de Gestão assegurando os recursos constantes da LOA, mas até a presente data não há Decreto do MPOG estipulando o limite de empenho para cada Ministério.

31. Também foi direcionada uma nova recomendação ao MCTI e verte sobre o processo de renovação dos membros da Comissão de Avaliação “Que na renovação dos membros da CA seja mantido pelo menos 1/3 dos membros da Comissão anterior de modo a possibilitar a continuidade dos trabalhos”. Esta Análise Técnica destaca que a Comissão de Avaliação tem vigência associada ao ciclo do Contrato de Gestão. Assim, a comissão deverá ser renovada em 2016. Na oportunidade, o tema será levado a apreciação das instâncias superiores deste MCTI.

32. A respeito das recomendações/sugestões da CA direcionadas ao IDSM nos últimos relatórios, 01 foi considerada “Mantida” (20%) e 04 são Novas Recomendações (80%). Sobre o conjunto destas recomendações, esta Análise Técnica entende que o Instituto tem historicamente se mobilizado para atender as recomendações/sugestões propostas e que algumas recomendações demandam reflexões mais profundas para que o quadro de indicadores reflita precisamente o desempenho da OS. Com relação a recomendação que verte sobre o Planejamento Estratégico da Instituição, esta Análise Técnica corrobora com o entendimento da CA, mas destaca que o ciclo Contratual está chegando ao fim e que deverá haver uma nova negociação a cerca das Diretrizes do MCTI para o tema e essas diretrizes deverão estar contidas no Plano Diretor e no Planejamento Estratégico da OS.

Alcance das Metas de 2014

33. Com vistas à aferição periódica do andamento das ações e resultados, análise e verificação do grau de atingimento das metas estabelecidas, a qualidade dos resultados e o alcance dos objetivos pactuados, a partir dos indicadores de eficiência, eficácia e efetividade, a Comissão de Avaliação se reuniu no IDSM para, conjuntamente com o MCTI, analisar os resultados do Centro em 2014. De acordo com o Art. 20 da Portaria MCTI nº 967/11, e como registrado em seu Relatório Anual e Conclusivo 2014, a CA analisou os resultados atingidos com a execução do Contrato de Gestão apresentado a seguinte conclusão (grifo nosso):

“Após a análise do Relatório de Gestão Anual 2014 do IDSM, a Comissão de Avaliação concluiu que, de acordo com a Sistemática de Avaliação pactuada no Contrato de Gestão, o IDSM atingiu plenamente o desempenho esperado, obtendo a nota média global de 8,77”.

1622
B.

34. Esta Análise Técnica corrobora com a conclusão da Comissão e, como esperado, em um modelo de Contratualização de Desempenho, a avaliação foi pautada no alcance das Metas. Das 15 metas associadas aos Indicadores de Desempenho, 9 foram obtidas em sua plenitude. Em 2013, o Instituto havia alcançado 12 metas, indicando uma redução de desempenho do Instituto para com os Indicadores de Desempenho. De acordo com a motivação apresentada pelo Diretor do IDSM e registrada no Relatório de Gestão, tal redução de desempenho está fundamentalmente associada a não periodicidade de envio de recursos, bem como o montante inferior em relação ao registrado no Contrato de Gestão celebrado em 2010. Esta Análise Técnica corrobora com as justificativas apresentadas pelo Instituto, no entanto ressalta que os valores que seria repassados à OS já eram conhecidos desde a PLOA 2014 e o modelo de gestão concede flexibilidade institucional para amenizar e adequar a instituição a tais flutuações. Ressalta também que o Instituto tem flexibilidade de gestão para buscar novos parceiros e outras fontes de recurso para complementar os recursos do Contrato de Gestão.

Pactuação de Metas para 2015

35. Com relação ao item “Pactuação de Metas para 2015” constante no Relatório Anual e Conclusivo 2014 da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão, foram propostas reduções nas metas dos Indicadores 4, 5 e 6 e elevações nas metas dos Indicadores 1, 3, 12 e 14, como mostrado no Parágrafo 27 desta NT. Esta Análise Técnica considera que as metas são oportunas e realistas, **dentro do cenário econômico atual de restrições orçamentárias**. Durante as discussões de pactuação de metas, foi registrado que, em havendo aprovação de recursos extra para o ano de 2015, as metas deverão ser ajustadas adequadamente e vice versa. Ou seja, caso haja contingenciamentos no orçamento, as metas deverão ser revistas para baixo. Registra-se que, para o planejamento do novo ciclo do Contrato de Gestão 2016-2021, uma reflexão criteriosa sobre o processo de avaliação do Instituto deverá ser realizada. Destaca-se também que já há um empenho do MCTI, corpo diretivo da OS e da CA visando aprimorar e otimizar o atual sistema de avaliação para que ele reflita fidedignamente a capacidade instalada e recursos humanos da OS.

F.B.

Análise da Evolução dos Saldos Financeiros¹ e da Reserva Técnica² do IDSM

36. Como previsto na Lei nº 9.637/98, Art. 2, Inciso I, item b, as Organizações Sociais têm finalidade não lucrativa, com a obrigatoriedade de investimento dos seus excedentes financeiros no desenvolvimento das próprias atividades. Já o Art. 12, §§ 1º e 2º, da Portaria MCTI nº 967/11 disciplina que “a reserva técnica financeira será constituída na reprogramação dos saldos financeiros para compor os recursos provisionados para o exercício, nas condições e montante definidos no contrato de gestão”. No caso do IDSM, a Cláusula Sexta – Da Reserva Técnica – regula a finalidade de utilização, obrigatoriedade de vinculação com o Contrato de Gestão e o montante máximo da Reserva.

37. Registra-se que a Análise Técnica realizada sobre a utilização dos Saldos Financeiros do IDSM, Parágrafos 39 e 40 desta NT, referem-se aos dispêndios realizados em 2014.


38. O IDSM apresentou na página 73 do seu Relatório de Gestão de 2014 os Saldos Financeiros em 31 de dezembro de 2014 e a previsão de utilização dos recursos de custeio das atividades iniciadas em 2014, como mostrado na Tabela 4 a seguir. Desta forma, os valores, finalidades e vinculação dos recursos do Saldo Financeiro, como registrados no Relatório do IDSM, estão de acordo com a legislação vigente e com o Contrato de Gestão.

Tabela 4. Evolução dos Saldos Financeiros reprogramados pelo IDSM.

	Saldo em 31 de dezembro de 2013 utilizado em 2014	Saldo em 31 de dezembro de 2014 em utilização em 2015	Variação (%)
Saldos financeiros reprogramados	R\$ 11.025.532,00	R\$ 8.015.956,00	- 27%
Destino dos recursos (reserva trabalhista + fluxo de caixa para custeio de até 8 meses, conforme cláusula sexta, subcláusula primeira do Contrato de Gestão)			
I - Custeio das atividades básicas da OS	R\$ 6.415.532,00	R\$ 2.495.956,00	- 61%
Valor da Reserva Técnica II - Pagamento de	R\$ 4.610.000,00	R\$ 5.520.000,00	+19%

¹ **Saldos Financeiros do Contrato de Gestão:** montante dos valores acumulados a título de saldo das ações concluídas, não concluídas e/ou canceladas, os valores geridos a título de **reserva técnica**, os valores acumulados a título de superávit anual de anos anteriores, bem como os resultados de suas aplicações financeiros devidamente apurados e demonstrados em 31 de dezembro. (Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011, alterada pela Portaria MCTI nº 777, de 31 de outubro de 2012, Anexo II – Glossário).

² **Reserva Técnica Financeira:** montante de recursos financeiros devidamente demonstrado e pactuado no contrato de gestão e termos aditivos, com a finalidade de assegurar condições de operação da Organização Social (Portaria MCTI nº 967, de 21 de dezembro de 2011, alterada pela Portaria MCTI nº 777, de 31 de outubro de 2012, Anexo II – Glossário).



contratos ou direitos trabalhistas, em casos não previstos			
III - Outros gastos em atividades de relevante interesse para os objetivos do Contrato de Gestão	R\$ 0,00	R\$ 0,00	0%

39. Esta Análise Técnica constatou que os Saldos Financeiros reprogramados para 2014 foram de R\$ 11.025.532,00, sendo (i) R\$ 6.415.532,00 (58%) para custeio das atividades básicas da OS e (ii) R\$ 4.610.000,00 (42%) referente à Reserva Técnica financeira. Os valores destinados à Reserva Técnica Financeira foram estabelecidos por cálculo da Diretoria do IDSM para uma eventual descontinuidade de seus trabalhos e foi consignada por decisão do Conselho de Administração da Organização Social, sendo dela guardião, necessitando de sua autorização para ser utilizada. Para o ano de 2014, R\$ 4.610.000,00 foram destinados à constituição da Reserva Técnica Financeira, sendo que tal montante encontra-se dentro dos limites estabelecidos no Contrato de Gestão, bem como corrobora com o estudo realizado por Consultora contratada pela SCUP/MCTI via UNESCO em 2011 e endossados pela Nota Técnica Nº 17/2013 – CGOS/SCUP que estimou, na ocasião, valor aproximadamente 17% maior para a Reserva Técnica.

40. Realizando uma comparação entre os recursos dos Saldos Financeiros destinados ao custeio das atividades básicas da OS, R\$ 11.025.532,00, os dispêndios do IDSM com Pessoal, Custeio e investimento, R\$ 24.481.456,52, observa-se que o primeiro foi totalmente absorvido pelas despesas regulares do Instituto o longo de 2014. Desta forma, esta Análise Técnica se manifesta de forma conclusiva ao afirmar que a consecução das metas e objetivos estratégicos do Contrato de Gestão estão associados a utilização adequada dos recursos dos Saldos Financeiros.

Dispêndios com Recursos Humanos

41. A Cláusula Sétima do Contrato de Gestão estabelece o **limite de 60% dos recursos financeiros repassados para gastos com pagamento de pessoal.**

*“Observados os efeitos de eventuais repactuações orçamentárias, o **IDSM** poderá gastar até 60% dos recursos financeiros a este repassados, com despesas de remuneração, encargos trabalhistas e vantagens de qualquer natureza a serem percebidos pelos seus dirigentes, empregados e servidores públicos cedidos.”*

42. De acordo com informações extraídas do relatório de Gestão Anual do IDSM, e transcritas nesta Nota Técnica no Parágrafo 9, observa-se que o montante de recursos destinado ao pagamento de pessoal foi de R\$ 13.602.968,90. Este valor corresponde à **64% do valor pactuado e efetivamente repassado**. Portanto, o IDSM não atendeu à norma disposta nesta cláusula contratual no exercício de 2014.

43. Acerca da superação do limite máximo pactuado para gastos com a rubrica “Recursos Humanos” (salários, gratificações, tributos e benefícios), o IDSM encaminhou ao Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa o Ofício IDSM-0036/2015 (fls. 1612-1614), de 30 de março de 2015, apresentando considerações sobre o tema, dos quais cabe destacar os seguintes: (i) O IDSM mantém Contrato de Gestão com este MCTI desde 2001 e manteve seus dispêndios com essa rubrica sempre abaixo do limite contratual, indicando que o ocorrido tem caráter pontual e não rotineiro; (ii) O IDSM vinha realizando um paulatino crescimento de sua equipe de colaboradores desde 2010, seguindo o planejamento plurianual pactuado com o MCTI. Em fins de 2013 o IDSM já tinha constituído a equipe necessária para fazer frente às atividades planejadas para executar as atividades do Plano Anual de Ação – 2014. No entanto, desde 2014 e, mais acentuado em 2015, as pactuações contratuais não estão ocorrendo abaixo do valor definido no Contrato de Gestão 2010-2015; (iii) Os dispêndios com a rubrica “Pessoal” exibe um “crescimento vegetativo” devido às obrigações legais que não podem ser contornadas, mas poderiam ter sido previstas pela equipe de gestão do IDSM. Como exemplo, citam-se os reajustes do salário mínimo e dissídios coletivos de algumas categorias; (iv) Tem sido recorrente nos últimos anos o incentivo por parte do MCTI e da Comissão de Avaliação para que o IDSM estimulasse a qualificação do seu corpo de pesquisadores e o Instituto assim o fez. No entanto, os pesquisadores que retornam melhor qualificados, passam a fazer jus a uma remuneração maior, onerando a rubrica “Pessoal”.

44. Esta Análise Técnica reconhece como válidos os argumentos apresentados pelo IDSM e resumidos no parágrafo anterior, e registra que o cenário pode se repetir para o ano de 2015, como citado no mesmo Ofício IDSM-0036/2015. No entanto, ressalta-se que o limite de 60% foi pensado com base na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) – Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 – com vistas a estimular a boa prática dos gestores públicos e evitar o endividamento das instituições com recursos humanos, em detrimento a área finalística das instituições. Outro ponto a se destacar é que a alta vinculação do orçamento da instituição com a rubrica “Pessoal” exigiria uma regularidade de repasses financeiros por parte do MCTI que historicamente não vem acontecendo, uma vez que tais envios financeiros dependem de repasses da Secretaria do Tesouro ao MCTI.



Relatório dos Auditores Independentes

45. Realizando uma conferência no “Relatório dos Auditores Independentes” apresentado no Relatório de Gestão 2014 do IDSM – Parte III, cujo objetivo foi avaliar a adequação das práticas contábeis utilizadas, cumprimento dos procedimentos e razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração da OS. Assim como em 2013, não foram identificadas ressalvas na opinião da Auditoria sobre as demonstrações financeiros do Centro.

46. As diversas Demonstrações e o Balanço Patrimonial do CNPEM foram analisados pela “Sá Leitão Auditoria”, contratada pela Organização Social, que avaliou as demonstrações como um todo, incluindo recursos provenientes do Contrato de Gestão, Convênios e outras fontes. Após o exame das demonstrações financeiras, os Auditores Independentes foram de parecer favorável à aprovação das contas de 2014 apresentadas pelo Conselho de Administração do IDSM, como transcrito:

“...as demonstrações financeiras ... apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM – OS em 31 de dezembro de 2014, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil”.

47. O ativo permanente em 31 de dezembro de 2014 apresentado no “Relatório Sobre o Exame das Demonstrações Financeiras” realizado por auditores independentes da “Sá Leitão Auditoria”, evidenciou um Patrimônio Imobilizado e um Patrimônio Intangível que, subtraídas suas respectivas depreciações, somam o valor de R\$ 15.143.491,00 que integram ao inventário e retornam ao patrimônio da união em caso de desqualificação da Organização Social. Em comparação com o exercício de 2013, foi reduzido do ativo permanente do IDSM o montante de R\$ 429.041,00, o que representa um decréscimo patrimonial de ativos não circulantes igual a 3%. Em comparação com o exercício de 2012, foi incorporado ao ativo permanente do IDSM o montante de R\$ 4.581.409,00, o que representa um crescimento patrimonial de ativos não circulantes igual a 43% entre 2012 e 2014.

Destaques de Gestão do IDSM em 2014

48. O Núcleo de Inovação Sustentável - NIT do IDSM foi criado em 2012/13, voltado para organização da proteção dos produtos intelectuais gerados institucionalmente, mas também e principalmente, para a organização da proteção e transferência das tecnologias desenvolvidas ou adaptadas no Instituto. Ao longo dos anos, uma longa lista de tecnologias sociais para produção sustentável e para qualidade de vida das populações ribeirinhas da Amazônia foram geradas no IDSM, e começam a

atingir o grau de maturação para ganhar escala e, em alguns casos, o mercado, por meio de sua transferência ao setor produtivo. O NIT do IDSM dedica-se a veicular esta comunicação, construindo ou consolidando estas novas estratégias, dentro do marco legal mais recente disponível no país. No ano de 2014 o NIT iniciou o processo de depósito das 3 primeiras iniciativas de tecnologias a serem protegidas que foram desenvolvidas no IDSM.

Considerações Sobre a Governabilidade do Modelo

49. A Lei nº 9.637 de 15 de maio de 1998 estabeleceu o modelo de Organizações Sociais (OS) e previu que seria “criado, mediante decreto do Poder Executivo, o Programa Nacional de Publicização – PNP, com o objetivo de estabelecer diretrizes e critérios” objetivos para a gestão do modelo. No entanto, em 2015, o modelo alcança 17 anos de implantação sem a devida regulamentação de que trata o Art. nº 20 da Lei, o que dificulta a atuação do MCTI, como órgão supervisor, junto às Organizações Sociais – afinal, ao administrador público não cabe fazer tudo o que a lei não proíbe, mas apenas o que a lei permite. Nesse sentido, estabelecer os limites entre proporcionar aos cidadãos o controle social das ações de forma transparente sem engessar a gestão das organizações com excessos de normas que tragam inúmeras disfunções burocráticas que prejudicariam o foco nos resultados e o desenvolvimento do modelo, tem sido um desafio constante para este órgão supervisor. Assim, ressalta-se aqui a importância de maior regulamentação, por parte do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG) - gestor do modelo OS, de forma a trazer maior segurança jurídica ao MCTI e às Organizações Sociais em geral.

50. Ainda sobre o tema da regulamentação da Lei das Organizações Sociais, está previsto para 2015 o início das reflexões, discussões e negociações sobre o tema, uma vez que o julgamento da Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADIN 1923/98/DF foi finalizado pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal – STF e a Lei foi considerada Constitucional. Algumas ressalvas foram feitas sendo que a principal delas versa sobre a impossibilidade de contratação de novas Organizações Sociais sem edital público de concorrência.

CONCLUSÃO

51. Após a análise do Relatório Anual 2014, das informações prestadas pela Direção do IDSM e de acordo com a sistemática de avaliação constante no anexo V do Contrato de Gestão 2010-2016, a CA verificou que de 14 indicadores passíveis de avaliação 9 tiveram suas metas alcançadas e por vezes superadas, o que concedeu nota final de 8,77 ao IDSM. Nesse sentido, a CA concluiu que, em relação à execução do Plano de Ação, o Instituto **“atingiu plenamente as metas compromissadas”** para o ano de 2014.

52. Dentre as metas ainda não atingidas pelo o IDSM, no exercício de 2014, estão: Índice Geral de Publicações não-Indexadas (IPuNI) (Indicador 4), Número de eventos de disseminação das experiências e melhores práticas do IDSM ao ano (Indicador 5); N° cumulativo de rotinas de manejo sustentável de recursos naturais (NCRAb) (Indicador 7); Índice de clareiras de derrubada abaixo de 340 m²/ha nas áreas de Manejo Florestal Comunitário (Indicador 8); Número cumulativo de cartilhas sobre o uso sustentável de recursos naturais (NCCPA) (Indicador 9); e Alavancagem mínima de recursos fora do Contrato de Gestão (Indicador 15). Os indicadores refletem atividades importantes desenvolvidas no IDSM, e por esse motivo a OS deverá envidar esforços em 2015 para alcançar essas metas.

53. Do exposto conclui-se que a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM vem cumprindo com suas obrigações, a maior parte de suas metas e atingindo resultados muito relevantes, notadamente, ligados à promoção da pesquisa científica sobre a biodiversidade, manejo e conservação dos recursos naturais da Amazônia.


54. Uma vez que os recursos destinados a rubrica de Recursos Humanos do IDSM foi de R\$ 13.602.968,90, correspondendo à **64% do valor pactuado e efetivamente repassado**, o IDSM não atendeu à norma disposta nesta cláusula contratual no exercício de 2014. Registra-se que os argumentos apresentados pelo IDSM (fls. 1612-1614) são considerados válidos e pertinentes. No entanto, propõe-se que o tema seja discutido no âmbito da SCUP, SEXEC e representantes do MCTI no Conselho de Administração do IDSM com vistas a refletir encaminhamentos para o tema.

55. Pelo exposto nos parágrafos anteriores e em atendimento ao Parágrafo Único do Art. nº 36 da Portaria MCTI 967/2011, sugiro o encaminhamento da presente Nota Técnica e do Relatório Anual e Conclusivo da Comissão de Avaliação do Contrato de Gestão MCTI/IDSM ao Senhor Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa, e posteriormente, a Senhora Secretária-Executiva, para ciência da avaliação da consecução do Contrato de Gestão do IDSM pela Comissão e da manifestação desta CGOS, subsidiando a homologação ministerial. Proponho ainda, o envio do Relatório da CA à Direção da OS para conhecimento e providências e desta Nota Técnica aos

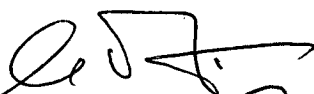
membros da Comissão de Avaliação, aos representantes do MCTI no Conselho de Administração da OS e ao Chefe da Assessoria Especial de Controle Interno – AECI para conhecimento.

Estas são as conclusões que se submetem à consideração, análise e decisão superior.

Brasília, 25 de maio de 2015.


FELIPE SILVA BELLUCCI
Tecnologista em C&T

Aprovo. Encaminhe-se a Senhora Secretária-Executiva para ciência e discernimento acerca da análise das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre o MCTI e o IDSM, seguido do encaminhamento ao Gabinete do Senhor Ministro de Estado para homologação.


ADALBERTO FAZZIO
Subsecretário de Coordenação das Unidades de Pesquisa - SCUP



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO
Secretaria-Executiva

DESPACHO

Assunto: Análise do cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação - MCTI e a Organização Social Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá – IDSM, no período de janeiro a dezembro de 2014.

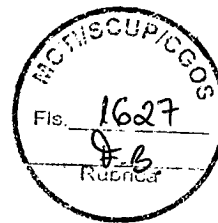
Ref.: Processo nº 01200.001834/2010-29

Considero pertinente a análise da Nota Técnica nº 10/2015 – CGOS/SCUP sobre a análise do cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito do Contrato de Gestão firmado entre a União, por intermédio deste Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM e constantes dos autos do processo acima referido.

Encaminha-se para o Gabinete do Senhor Ministro de Estado para Homologação dos resultados alcançados no ano de 2014.

Brasília, 30 de junho de 2015.


EMILIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI
Secretária-Executiva do MCTI



MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO – MCTI
CONTRATO DE GESTÃO MCTI/IDSM

HOMOLOGAÇÃO MINISTERIAL referente ao cumprimento das obrigações, metas e resultados no âmbito da execução do Contrato de Gestão celebrado entre a União, por intermédio do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM no período de janeiro a dezembro de 2014

Ref.: Processo nº: 01200.001834/2010-29

Em cumprimento ao disposto no art. 8º da Lei n.º 9.637, de 15 de maio de 1998, e considerando: i) os Relatórios Semestral e Anual de Execução do Contrato de Gestão e o Parecer da Auditoria Independente sobre a prestação de contas do exercício financeiro, aprovados pelo Conselho de Administração da entidade; ii) a avaliação e recomendações sobre os resultados e metas anuais atingidos com a execução do Contrato de Gestão constantes dos Relatórios de Acompanhamento Semestral e Anual e Conclusivo de 2014 da Comissão de Avaliação, constituída por especialistas de notória capacidade e adequada qualificação, instituída pela Portaria MCTI nº 173, publicada no DOU de 11 de fevereiro de 2014 e; iii) o pronunciamento da Subsecretaria de Coordenação das Unidades de Pesquisa – SCUP por meio de sua Nota Técnica nº 10/2015-CGOS/SCUP e considerações da Secretária-Executiva em seu despacho, ratifico os atos e declaro cumprido as obrigações e metas no período de janeiro a dezembro de 2014 do Contrato de Gestão celebrado entre este Ministério e o Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá - IDSM, Organização Social, qualificada por força do Decreto Presidencial s/n, de 04 de junho de 1999.

Brasília, 08 de julho de 2015.

EMILIA MARIA SILVA RIBEIRO CURI
Ministra de Estado da Ciência, Tecnologia e Inovação, em exercício